

15 OUT 2013

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

# Atrasado, Paraná nomeia defensores públicos

Há expectativa de que os 87 advogados aprovados em concurso sejam nomeados. Paraná dispõe de apenas 10 defensores, e estimativas mostram que seriam necessários 844

*Thomas Rieger, especial para a Gazeta do Povo*

! Cinco meses depois da publicação do resultado do concurso público que selecionou profissionais para trabalhar como defensores públicos no Paraná, o governo do estado vai nomear os aprovados no processo seletivo em uma cerimônia marcada para hoje, no Palácio Iguazu. Na ocasião, a defensora pública-geral do Estado, Josiane Fruet Bettini Lupion, também será nomeada.

A demora, que chegou até a provocar um protesto nas ruas de Curitiba em agosto, foi justificada pelo governo por causa da extrapolção do limite de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. "Agora, saindo do limite prudencial e melhorando essa situação, estamos fazendo algumas contratações aos poucos e estruturando a nossa defensoria pública", afirmou o

governador Beto Richa (PSDB) em entrevista coletiva realizada ontem.

Espera-se que os 87 advogados aprovados no concurso sejam convocados para atuar como defensores no estado, o que deve contribuir para o trabalho que vem sendo desenvolvido por apenas dez profissionais do Paraná, que prestam assistência jurídica à população. A assessoria do governo do estado não garantiu, no entanto, se todos eles já serão chamados.

De acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), cerca de 70% das pessoas que moram no estado recebem até três salários mínimos, o que as tornaria aptas a serem atendidas pela defensoria. Segundo estimativas, seriam necessários 844 advogados para suprir a demanda local.

## Novela

A criação da Defensoria Pública já estava prevista na Constituição Federal de 1988, mas sua regulamentação só veio em 2011, quando foi sancionada a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Paraná. O estado foi o penúltimo a criar o órgão, mas, até hoje, a implementação não foi efetiva e apenas um concurso foi realizado.

Com a relação atual, há um defensor para cada 768 mil pessoas com renda mensal inferior a três salários mínimos — sendo que a relação ideal seria de um a cada 10 mil pessoas. Entre as funções desempenhadas pela defensoria estão procedimentos gratuitos, como entrar com papéis de divórcio e exigir melhorias na saúde.

15 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

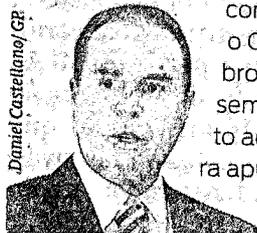
**Notas  
Políticas**

## Vossa Excelência, o CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi citado diversas vezes ontem pelos desembargadores que integram o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). O Conselho ganhou destaque especial nos debates sobre a criação da comarca de Nova Aurora, no Oeste do Paraná. A nova comarca foi criada, mas os desembargadores se dividiram. Houve quem sugerisse informar o CNJ sobre a decisão do TJ, que estaria aproximando a "Justiça da população". Já uma outra ala não concordou e questionou a criação de uma comarca com menor volume de trabalho, enquanto outras comarcas maiores sofrem sem juízes e funcionários. "Não sei se iria pegar bem no CNJ", disse o desembargador Luís César de Paula Espíndola.

### Aliás...

Baseado em informações de que o ex-presidente do TJ **Clayton Camargo (foto)** teve uma evolução patrimonial incompatível com as funções de magistrado, o CNJ decidiu no dia 8 de outubro afastá-lo das funções de desembargador e abrir procedimento administrativo disciplinar para apurar supostas irregularidades cometidas por ele.



Daniel Castellano/CP

15 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## Coluna do leitor

### Vida Pública

JUSTIÇA

## Corregedor do CNJ defende o fim da aposentadoria como punição a juízes

Francisco Falcão considera que a pena administrativa mais grave do Judiciário é um "preêmio" para magistrados que cometeram crimes ou irregularidades

**Analisa**  
A aposentadoria como punição para magistrados que cometeram crimes ou irregularidades no exercício do cargo. Retirar da carreira de quem cometeu crimes ou irregularidades no exercício do cargo é uma pena administrativa mais grave do que a aposentadoria, segundo o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Francisco Falcão. Ele defende o fim da aposentadoria como punição para magistrados que cometeram crimes ou irregularidades no exercício do cargo.



**MAGISTRADO**  
Entende que o fim da aposentadoria como punição para magistrados que cometeram crimes ou irregularidades no exercício do cargo é uma pena administrativa mais grave do que a aposentadoria, segundo o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Francisco Falcão.

**Desde 2007, 59 magistrados foram punidos pelo conselho**



**OAB é favorável ao fim da aposentadoria como punição**

## Aposentadoria para juízes 1

**E**u inocentemente acreditava que todos os brasileiros tinham direitos iguais. Não é isso o que determina a Constituição? Se assim fosse, não ocorreria a aposentadoria de um juiz que cometeu uma irregularidade no exercício do seu cargo. A punição mais adequada seria a mesma aplicada aos demais trabalhadores brasileiros. O que justifica tal diferença?

João Carlos Ruiz

## Aposentadoria para juízes 2

Nada mais justo que apliquemos aos juízes corruptos uma máxima de Jesus: "A quem muito foi dado muito será cobrado". Estão a serviço, e não para serem servidos como alguém que está acima do bem e do mal, ou para viver à custa do contribuinte.

Padre Jesus Messias Galietta, Campo Largo

## Aposentadoria para juízes 3

Toda vez que ouço que um juiz corrupto é premiado com a aposentadoria, fico revoltado. Exemplo mais marcante é do denominado Lalau, que se revelou marginal comum e que há vários anos vive à nossa custa. Deus permita que o ilustre corregedor tenha sucesso em sua tese, para que possamos diminuir pelo menos um mínimo da corrupção que impera neste país.

Luiz Fernando Ramos, Goiânia - GO

## Aposentadoria para juízes 4

A punição para juiz que cometeu irregularidades no cargo deve ser igual à existente para qualquer trabalhador, ou seja, demissão por justa causa e processo criminal na Justiça comum.

Milton Luiz Pereira

15 OUT 2013

GAZETA DO POVO

# Sanepar é condenada por poluir lago

Contaminação da água despejada nos rios de Londrina apresentou índice de bactérias 1,8 mil vezes maior do que a lei permite. Empresa foi condenada a impedir esgoto sem tratamento

Marcelo Frazão,  
do Jornal de Londrina

Apontada como empresa poluidora, a Sanepar de Londrina foi condenada pelo juiz Mario Azzolini, da 2.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, por diversos crimes ambientais que vão de despejo de esgoto sem tratamento nos rios e córregos da cidade, ineficiência das estações de tratamento e por ilegalmente ao destinar, por 42 anos, lodo do tratamento de água da Estação de Água Cafezal dentro do Córrego Água Fresca, um dos principais afluentes do Lago Igapó.

Pelos crimes, o juiz condenou a Sanepar a desassorear o Lago Igapó, impedir esgoto sem tratamento dentro dos córregos de Londrina e obriga a empresa a instalar "modernos e eficientes" tratamentos para desinfecção e remoção de coliformes fecais do esgoto. A decisão é de agosto.

As medições feitas por peritos da Justiça indicam que a

Sanepar descumpra padrões legais de qualidade da água em córregos que recebem o resultado do tratamento. Os índices encontrados nos córregos da bactéria *Escherichia coli* (coliformes fecais), ligado à causa de várias doenças e à diarreia, foram considerados completamente fora do permitido.

Na Estação de Tratamento de Esgoto Norte (ETE Norte), responsável pelo tratamento de esgoto daquela região, o efluente sanitário despejado no Ribeirão Quati — e que vai para o maior rio da bacia, o Ribeirão Lindóia — apresentava índice de bactérias 1,8 mil vezes maior do que a lei permite. Em defesa, a Sanepar chegou a afirmar na ação que a culpa pela poluição era dos moradores de Londrina.

A avaliação das análises coletadas dentro dos córregos, na avaliação do juiz, mostram "o alto índice de poluição dos cursos d'água causada pela ineficiência do tratamento de água e esgoto em Londrina". O magistrado também revela que a própria Sanepar reconhece os problemas no tratamento: "A ré admitiu que descartava, em média 3 mil metros cúbicos (3 milhões de litros) de esgoto in natura por dia no Ribeirão Cambé, que descartava esgoto in natura no Ribeirão Água das Pedras, que existe descarte de esgoto clandestino no Córrego Bom Retiro", frisou na decisão.

Para a Promotoria do Meio Ambiente de Londrina, a sentença judicial confirma as investigações da Polícia Federal,

em todo o estado, que qualifica a companhia de saneamento como "empresa de fachada" por cobrar taxas sem entregar o serviço, contribuindo para a poluição ambiental no Paraná. Na ação, a Promotoria pediu que a taxa de tratamento de esgoto paga pelos moradores de Londrina fosse diminuída à proporção da qualidade do tratamento feito pela empresa. O juiz negou.

A Sanepar se negou a comentar a decisão e justificou que ainda não foi "oficialmente notificada". A reportagem deixou cópia da decisão e dos laudos na sede da empresa, mas, mesmo assim, a Sanepar não quis se pronunciar.

## DEJETOS

**Produtos químicos também eram despejados em córregos**

Durante 42 anos, entre 1960 e 2002, a Sanepar despejou lodo resultante dos processos de tratamento no Córrego Água Fresca, afluente mais importante do Lago Igapó 2. A informação está em um laudo produzido por três especialistas, professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), nomeados pela Justiça. O resíduo era resultante do tratamento da Estação de Água Cafezal, localizada na Avenida JK, em Londrina.

"O lodo vinha, inclusive, com produtos químicos junto", diz a promotora Solange Vicentin, referindo-se ao sulfato de alumínio aplicado na água nos tanques.

**CONTINUA**

15 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Desde julho de 2002, a Sanepar, pressionada pela Promotoria do Meio Ambiente, passou a enviar os resíduos para a própria Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Sul). Segundo a empresa informou aos peritos judiciais, atualmente o tratamento de água gera 21,6 metros cúbicos de lodo por dia – o equivalente a seis caçambas cheias. Diante da constatação do dano, a Justiça determinou que a companhia atue para desassorear o Lago Igapó, para onde os resíduos foram carregados. (MF)

### **Juiz condena TIM a pagar R\$ 5 milhões por quedas em ligações**

O Juizado Especial Cível e Criminal de Jales, no interior paulista, condenou a operadora TIM a pagar R\$ 5 milhões em reparação por danos sociais devido à queda constante nas ligações da cliente Renata Ruiz Silva, que alegou que as chamadas feitas pelo plano Infinity Pré – que cobra R\$ 0,25 por ligação entre números da TIM, independente do tempo – sempre eram interrompidas, forçando uma nova chamada e uma nova cobrança. A reportagem procurou a empresa, mas não obteve sucesso até a publicação da matéria.

15 OUT 2013

GAZETA DO POVO

» FUNCIONALISMO

# MP quer incorporar gratificações ao salário, com impacto de R\$ 6,2 mi

Procurador-geral envia à Assembleia projeto para que servidores do Ministério Público tenham o mesmo direito que funcionários do governo e do Judiciário

*Euclides Lucas Garcia*

O Ministério Público Estadual (MP) encaminhou ontem projeto de lei à Assembleia Legislativa do Paraná que prevê que duas gratificações sejam incorporadas ao salário dos servidores efetivos da instituição. A medida terá impacto de R\$ 6,2 milhões aos cofres públicos por ano.

Pela proposta, serão incorporados ao vencimento básico dos servidores R\$ 100 pagos como gratificação de assiduidade e o percentual de 90% previsto como gratificação de produtividade. O adicional de assiduidade vale para quem tenha no máximo três faltas no mês, justificadas mediante apresenta-

ção de atestado médico. Já o de produtividade depende do desempenho individual do funcionário e do setor onde ele está lotado. Na prática, a medida fará com que as gratificações passem a contar na contribuição previdenciária de cada servidor.

## Argumento

Na justificativa do projeto, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, afirma que a proposta vai garantir isonomia constitucional aos servidores da instituição, uma vez que a incorporação já foi concedida pelo Executivo e pelo Judiciário do Paraná aos seus servidores. Ele diz ainda que é preciso estender o benefício aos inativos e pensionistas, conforme prevê a Constituição Federal. "As gratificações instituídas em benefício de todos os servidores em atividade (distinta, pois, de gratificação que pressupõe o exercício de determinada função) consubstanciaram uma forma indireta de complemento de salário", diz Giacoia na justificativa do projeto.

15 OUT 2013

GAZETA DO POVO

# Barbosa admite vontade de disputar a Presidência, mas não em 2014

Como magistrado, presidente do STF pode ingressar em um partido até seis meses antes do pleito, ao contrário dos demais cidadãos, que têm de estar filiados com um ano de antecedência.

**RIO DE JANEIRO**

*André Gonçalves, Diego Ribeiro, Gustavo Ribeiro e Felipe Aníbal*

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, admitiu ontem pela primeira vez a possibilidade de ingressar na carreira política — inclusive para disputar a Presidência da República. Mas isso, segundo ele, não ocorrerá já em 2014. A lei permite que magistrados se filiem a um partido até seis meses antes da eleição, e não um ano antes, como os demais cidadãos. O ministro STF, portanto, em tese poderia concorrer em 2014.

Barbosa sinalizou que terá tempo para “refletir” sobre uma carreira política após se aposentar do cargo de ministro. Ele também disse considerar “muito di-

ficil” não deixar o STF voluntariamente antes da aposentadoria compulsória aos 70 anos. Barbosa está com 59 anos e cumpre mandato na presidência da corte até novembro de 2014, quando será substituído por Ricardo Lewandowski.

“Nunca cogitei [disputar eleições]. Sempre tive uma carreira técnica, nunca tive nenhuma mudança, nem envolvimento mesmo estudantil. Agora, no dia que eu deixar o STF, como entrei ainda relativamente jovem, terei tempo para refletir. Mas só depois”, afirmou Barbosa.

## Conferência

O presidente do Supremo deu as declarações durante a Conferência Global de Jornalismo Investigativo, que começou no sábado e termina hoje no Rio de Janeiro.

O ministro respondeu a perguntas de jornalistas durante painel de discussão sobre avanços e retrocessos das instituições públicas brasileiras. Quando questionado sobre a disputa eleitoral do ano que vem, falou que não tem “no momento” nenhuma intenção de se lançar candidato à Presidência da República. Por outro lado, declarou que poderia pensar sobre o assunto “no futuro, a médio prazo”.

Após fazer críticas ao modelo político brasileiro e cobrar a realização de uma reforma política que permita a apresentação de candidaturas avulsas, ele não confirmou ter simpatia por qualquer dos atuais pré-candidatos ao Palácio do Planalto — Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB), Eduardo Campos (PSB) e Marina Silva (PSB). “Acho que o quadro político-partidário do Brasil não me agrada nem um pouco. Nem um pouco.”

A possível candidatura de Barbosa a presidente da República em 2014 ganhou força com a participação dele como relator da primeira fase do julgamento do mensalão, em 2012. Nos últimos meses, ele foi listado em diversas pesquisas eleitorais. Na última delas, em agosto, o Datafolha apontou que o ministro tinha 11% das intenções de voto, em um cenário com Dilma (33%), Marina (22%), Aécio Neves (12%) e Campos (6%).

**CONTINUA**

15 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### LIBERDADE DE IMPRENSA

**Censura prévia à Gazeta foi "distorção", diz presidente do STF**

O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, comentou ontem a ação judicial movida pelo ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) Clayton Camargo contra a **Gazeta do Povo** e que culminou com a censura prévia do jornal. "Não é uma situação adequada. Evidentemente, não é", resumiu Barbosa, após palestra na Conferência Global de Jornalismo Investigativo, no Rio de Janeiro.

Na prática, a decisão judicial – uma liminar obtida em primeira instância – proibia a **Gazeta do Povo** de citar o magistrado paranaense e de revelar detalhes das investigações sobre ele conduzi-

das pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O ex-presidente do TJ-PR é investigado por uma série de suspeitas – entre elas, a venda de sentenças e tráfico de influência para indicação do filho dele, o ex-deputado Fabio Camargo, para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. Barbosa classificou a censura prévia como uma "distorção", mas lembrou que já foi "corrigida" e que o CNJ permanece investigando os indícios de irregularidade envolvendo o ex-

**"[A censura prévia] não é uma situação adequada. Evidentemente, não é."**

Joaquim Barbosa, presidente do STF.

-presidente do TJ-PR. "O caso – não este da censura, mas a situação envolvendo este juiz – já está sendo examinada pelo CNJ. O CNJ já tomou uma decisão. Então a situação está equacionada", afirmou Barbosa.

Devido ao processo, o jornal ficou impedido, em agosto, de publicar informações sobre as investigações realizadas pelo CNJ que envolvem o magistrado. Os efeitos só acabaram quando Camargo desistiu da ação, em 4 de setembro, após a **Gazeta do Povo** apresentar uma reclamação ao STF contra a censura. Apesar da desistência do desembargador, jornal mantém o processo, que tem o ministro Luiz Fux como relator e não tem data para ser julgado. (AG)

## APOIO ÀS BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS

O ministro Joaquim Barbosa disse que não existe censura prévia no Brasil e defendeu a livre publicação de biografias não autorizadas pelo biografado. Mas fez a ressalva que, se ficar comprovado que houve dano ao biografado, o autor do livro deve indenizá-lo financeiramente. As declarações foram dadas por Barbosa ao ser questionado sobre o movimento de artistas contrário à publicação de biografias não autorizadas. O STF vai promover, nos dias 20 e 21 de novembro, audiência pública para discutir a questão das biografias. O tema é alvo de uma ação da Associação Nacional dos Editores de Livros, que pede o fim das restrições a esse tipo de obra.

### Mídias Sociais

#### Joaquim Barbosa

"Aos que o idolatram, lembrem-se: ele não faz mais que a obrigação. É pago todos os meses para trabalhar por nós. Ganha para isso e ganha muito bem, inclusive. Não o tratem como um deus, um salvador, um mito."

**Paulo Henrique de Farias**, no Facebook, sobre a declaração de Joaquim Barbosa a respeito de uma eventual candidatura política no futuro.

15 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

➤ MENSALÃO

## Jefferson diz que vai morrer se for preso

Na nova leva de recursos dos réus do processo do mensalão, a defesa do ex-deputado Roberto Jefferson pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o perdão judicial ou ao menos que ele não seja preso e cumpra uma pena alternativa. Se for preso, argumentam os advogados, Jefferson poderá morrer.

O novo recurso de Jefferson é um embargo declaratório sobre o julgamento dos primeiros recursos do mensalão. Um embargo declaratório serve para esclarecer pontos confusos ou omissões de uma decisão judicial. No caso do mensalão, esses embargos não devem modificar o julgamento. Assim, esse recurso deve ser rejeitado, o que abrirá caminho para a prisão imediata de Jefferson e de outros 12 condenados que não têm direito a novo julgamento. Jefferson foi condenado a 7 anos e 14 dias pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Caso não seja perdoado, Jefferson pede para não ir para a cadeia. Como substituição, solicita para cumprir pena alternativa ou, em última hipótese, que seja submetido à prisão domiciliar. “Tendo em vista o gravíssimo estado de saúde em que ele se encontra”, alegam os advogados, a pena imposta a Jefferson deveria ser substituída por pena alternativa “por uma questão legal e, acima de tudo, humanitária”. Caso contrário, afirma a defesa, a prisão seria para Jefferson “verdadeira pena de morte!”.

### Laudo médico

Laudo médico apresentado pelos advogados diz que Jefferson é “portador de Síndrome Metabólica”, caracterizada por diabetes, dislipidemia, hipertensão arterial e histórico de obesidade. Além disso, em 2012, Jefferson passou por tratamento para combater o câncer no pâncreas. Desde então, Jefferson toma uma série de remédios.

15 OUT 2013

# FOLHA DE LONDRINA

**FOLHA** *Cidadania*

**FOLHA** Política

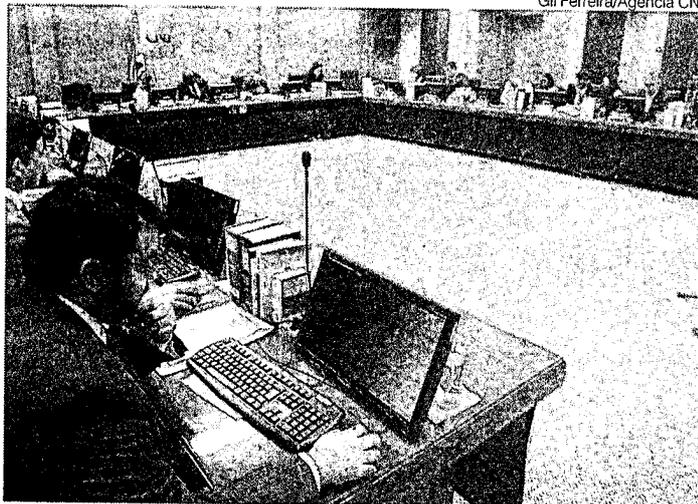
15/10/2013

## SOB INVESTIGAÇÃO CNJ afasta Clayton Camargo e abre processo disciplinar

Por unanimidade, o plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou semana passada, durante sessão realizada em Brasília, o afastamento de Clayton Camargo, ex-presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, do cargo de desembargador. Os 14 conselheiros e mais o relator também decidiram abrir Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar supostas irregularidades cometidas pelo magistrado. A defesa de Camargo informou que vai recorrer da decisão do CNJ no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com essa decisão, ele fica afastado cautelarmente até que o mérito do PAD seja julgado. A partir de agora será designado um conselheiro para relatar o PAD, com prazo de 140 dias para realizar as investigações e apresentar suas conclusões.

Após apuração preliminar, conforme voto do relator do processo e corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, foram apontadas "graves condutas, tais como venta de decisões, lavagem



Gil Ferreira/Agência CNJ

● *tráfico de influência – Também está sendo investigado suposto tráfico de influência para eleger o ex-deputado estadual Fábio Camargo, filho do desembargador, para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado*

● *Há denúncia de que Clayton Camargo teria recebido R\$ 200 mil para influir em um processo enquanto era presidente da 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça*

de dinheiro, tráfico de influência, corrupção passiva, além de crimes tributários". "Há fortes indícios de que o magistrado teria realizado negócios jurídicos aparente-

mente simulados, com o objetivo de fraudar o Fisco e, até mesmo, para brigueamento de capitais", ressaltou Falcão durante seu voto na sessão do CNJ.

# FOLHA DE LONDRINA

## LUIZ GERALDO MAZZA

### Sempre no "ranking"

15 OUT 2013

Há um "ranking" em que sempre aparecemos negativamente: o da segurança pública, ora reafirmado no fato de que somos a segunda comunidade nacional do PCC, Partido do Comando da Capital. Na gestão de Requião o secretário de Segurança de então, o procurador de Justiça Delazari, chegou a minimizar essa presença de grupos do crime organizado, o Comando Vermelho e o PCC dentre eles, embora já fossem visíveis sinais dessa participação.

Quando dos ataques sincronizados com queima de ônibus em Santa Catarina ficou evidente que tais operações poderiam ter logística nas duas unidades federativas. Aliás o então secretário Cid Vasques já apontava para esse tipo de situação.

As áreas que cuidam do tema - a da Justiça e da Segurança - são tocadas por membros do Ministério Público, mas recentemente a própria instituição, em defesa da livre ação do Gaeco, pede judicialmente o que não conseguiu administrativamente: a suspensão da licença que permite que Cid Vasques continue na pasta. Apesar da gravidade do cisma, parcialmente contido por uma liminar do ex-presidente do TJ Clayton Camargo, é a referência tensa do racha entre órgãos do governo e isso porque o secretário agiu contra a liberdade de movimentos do Gaeco, razão pela qual o conjunto da corporação se posta contra o colega que teria, isso no entender da maioria, infringido normas de atuação num momento em que uma gangue de delegados de polícia e agentes foi flagrada em achaques sistemáticos contra comerciantes de autopeças provavelmente com apoio na "malha produtiva" dos desmanches.

Não é o clima adequado para que ambas as secretarias envolvidas desenvolvam uma ação racional.

### **Patrimonialismo**

Direitos imprescritíveis como o dos magistrados de terem como pena máxima em casos de desvios, não importando aí a tão decantada dosimetria, aposentadoria com vencimentos integrais são agora discutidos em função dos episódios ocorridos no Paraná. A discussão do tema na desmistificação da república que ainda não temos é apropriada para atingir um dos fundamentos daquilo que tanto nos degrada no patrimonialismo.

Não se trata de fulanizar o caso, já que uma legislação nova não atingiria o desembargador Clayton Camargo na evidência de que ela afrontaria um princípio de direito, aquele em que a lei não retroage. Obviamente haveria dosimetria para medir as falhas de magistrados. A república desejada nós a edificaremos com novidades como o controle externo do Judiciário só agora conquistado e que abre veredas para outros avanços como o pretendido e que se inclui entre ações que visam derrubar os sinais visíveis da impunidade.

Uma garantia injusta e ilegal não pode prevalecer nos códigos até como modelo de reeducar instituições e pessoas. A lei tem uma função didático-pedagógica que não pode ser alienada como se dá nesses casos. Uma prebenda, por mais chocante que seja a punição moral do magistrado, como punição é tudo menos uma forma de reconstituir a ordem jurídica violada.

15 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Barbosa diz que não descarta disputar a Presidência

**Ministro nega intenção de ser candidato em 2014, mas revela que, depois de deixar o STF, terá tempo para "refletir" sobre futuro**

Luciana Nunes Leal  
Agência Estado

Rio - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, disse ontem que pensa em se aposentar antes do limite legal de 70 anos e não descartou a possibilidade de entrar para a política e disputar a Presidência da República. Aos 59 anos, o ministro negou a intenção de ser candidato em 2014, mas afirmou que, depois de deixar o tribunal, terá tempo para "refletir" sobre o futuro. Barbosa participou do 8º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que termina hoje, e reúne 1.300 pessoas de 87 países na PUC-Rio.

O ministro criticou a "mercantilização" dos partidos políticos, defendeu o voto facultativo e candidaturas avulsas, sem filiação a legendas, e atacou a "cultura jurídica complacente com a impunidade". Barbosa fez uma apresentação de 15 minutos sobre o tema "Avanços e retrocessos institucionais no Brasil" e respondeu a perguntas de jornalistas.

"Não tenho no momento nenhuma intenção de me lançar candidato a presidente. No futuro, terei tempo para pensar nisso", disse Barbosa sobre o possível ingresso na política. "Nunca cogitei (entrar na política), sempre tive carreira técnica. No dia que eu deixar o tribunal, terei tempo para refletir sobre isso", afirmou. Questionado se exerceria o cargo de ministro do STF até os 70 anos, respondeu: "Acho muito difícil".

Barbosa evitou responder se tem simpatia por algum pré-candidato à Presidência da República. "O quadro político-partidário não me agrada nem um pouco", afirmou.

"O voto obrigatório, a impossibilidade de candidaturas avulsas, o excesso assombroso do número de partidos, a mercantilização partidária, o coronelismo e o mandonismo na estrutura interna de certos partidos: eis um catálogo dos problemas do sistema político brasileiro", discursou Barbosa. "No plano da organização institucional, a reforma política é o mais premente e árduo de todos os desafios. A natureza tortuosa do sistema político, movido por um combustível

*Barbosa:  
"Nunca cogitei (entrar na política), sempre tive carreira técnica. No dia que eu deixar o tribunal, terei tempo para refletir sobre isso"*

nada limpo, com dinheiro de origem duvidosa, tem causado a grande desafeição do cidadão à política".

Depois da palestra, o ministro brincou diante da pergunta sobre uma possível candidatura presidencial em 2018. "Em 2018 quero estar em uma boa praia", disse Barbosa, nomeado para o Supremo em 2003

O presidente do STF criticou as instituições competentes por não levarem adiante investigações de denúncias feitas em reportagens e também a imprensa, por deixar os temas "caírem no esquecimento". Barbosa citou a "ausência de pluralismo" como um dos "desafios mais cruciais" do jornalismo e deu o exemplo do baixo número de repórteres negros e mulatos.

**CONTINUA**

**15 OUT 2013**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **CONTINUAÇÃO**

“Há uma nuvem de silêncio sobre essa questão. É extremamente prejudicial para quem sofre. É preciso conscientização de quem tem poder de decisão, dos proprietários dos meios de comunicação, dos diretores de redação, que têm o poder de recrutar. O mercado sozinho não vai resolver. A discriminação racial é algo instintivo. Basta dar uma olhada no panorama audiovisual brasileiro”, disse.

Em entrevista após a palestra, Barbosa, relator do processo do mensalão, estimou em “três ou quatro meses” a duração do julgamento dos embargos infringentes concedidos a 12 réus e evitou comentar as discussões públicas com o ministro Ricardo Lewandowski, revisor. “Isso passou, não tem nenhuma importância, são coisas da vida”, declarou.

O congresso da Abraji, que acontece em conjunto com a 8ª Conferência Global de Jornalismo Investigativo e a 5ª Conferência Latino Americana de Jornalismo Investigativo, começou no último sábado.

15 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

# OAB faz vistoria

## na PEL 2

### e 4º DP

**Comissões se depararam com cadeias superlotadas, falta de assessoria jurídica e denúncias de maus-tratos**

**Lucio Flávio Cruz**

*Reportagem Local*

**Londrina** – Membros de cinco comissões da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná visitaram ontem a unidade 2 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) e o 4º Distrito Policial (DP). E constataram problemas comuns na maioria das carceragens do Estado: falta de assessoria jurídica, superlotação, denúncias de maus-tratos e reclamação com a qualidade da comida. A visita vai se transformar em um relatório, que será encaminhado ao governo estadual cobrando melhorias.

A situação mais grave foi constatada no 4º DP, na zona sul. A delegacia, que tem capacidade para 24 homens, abrigava ontem 128 presos. "A condição é desumana. Constatamos que lá dentro a temperatura era de insuportáveis 53°C. Encontramos presos com tuberculose, detento que está lá há sete anos, outro que está preso há nove meses sem nenhuma audiência, presos com sentenças e que continuam lá. Infelizmente esta é uma realidade no Paraná todo", ressaltou a presidente da Comissão de Advocacia Criminal da OAB-PR, Priscilla Placha Sá.

Questionada se o 4º DP deveria ser interditado, a advogada respondeu que "as interdições não são cumpridas e que as delegacias continuam recebendo presos".

Na PEL 2, as comissões visitaram várias galerias e celas do presídio, além de conversarem com alguns presos. As principais reclamações foram sobre as progressões de penas, qualidade ruim da alimentação, falta de água, a ausência de defensores e denúncias de maus-tratos. De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, José Carlos Garcia, todos os dados colhidos serão encaminhados a Secretaria de Justiça (Seju) e ao Departamento Penitenciário (Depen). "Alguma coisa precisa ser feita. É preciso ter uma política de segurança pública e uma atenção especial a questão das prisões", relatou.

A PEL 2 tem capacidade para 1,1 mil presos, mas 93 vagas do setor do isolamento estão interditadas em virtude do destelhamento de 34 celas no temporal que assolou Londrina no dia 22 de setembro. A unidade abrigava 1.083 presos ontem.

A OAB-Subseção Londrina realizou ontem também uma reunião aberta para debater o

sistema prisional no Paraná. Para o presidente Artur Piancastelli, ações como essas são importantes para mostrar a importância de mais investimentos na segurança pública. "É fundamental que o governo coloque em prática a Defensoria Pública e que seja construído mais um presídio provisório em Londrina para desafogar a superlotação dos distritos", apontou.

O diretor da PEL 2, Emerson das Chagas, que acompanhou a visita, informou que os detentos recebem três refeições diárias e que a alimentação é controlado por uma nutricionista do Depen e que as reclamações de má qualidade não procedem. Sobre as denúncias de maus-tratos, Chagas ressaltou que na unidade tudo é feito com transparência total. "Todas as situações são apuradas. Na última semana a Corregedoria do Depen esteve aqui e não comprovou nenhum ato de maus-tratos", explicou o diretor.

Chagas garantiu ainda que a reforma da ala interditada será finalizada até o final do ano. O governo alega que já transferiu mais de mil presos de delegacias da região Norte.

# FOLHA DE LONDRINA

## MP quer incorporar gratificações

# 15 OUT 2013

Luis Fernando Wilteburg

*Reportagem Local*

O procurador-geral de Justiça no Paraná, Gilberto Giacoia, encaminhou à Assembleia Legislativa (AL) do Estado projeto de lei que incorpora gratificações por assiduidade e produtividade aos salários dos servidores do Ministério Público (MP) do Paraná. Se aprovada, a medida terá impacto de R\$ 478,7 mil mensais sobre a folha do pagamento.

Na justificativa encaminhada ao Legislativo, Giacoia afirma que a incorporação é um pedido antigo dos servidores e vai corrigir disparidades em relação aos funcionários do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas (TC), que já tomaram medida semelhante, respectivamente, em 2010 e 2004.

A gratificação por assiduidade confere R\$ 100 mensais aos ganhos dos servidores, enquanto a por produtividade representa 90% sobre o salário. A gratificação por produtividade, de acordo com a justificativa, repõe perdas inflacionárias entre 1996 e 2005, calculadas em 95,06%.

Os benefícios são estendidos para os pensionistas e aposentados, como forma indireta de complementação de salário.

Estudos do Departamento de Gestão de Pessoas do MP indica que o acréscimo de R\$ 478,7 mil na folha de pagamento representa impacto de 1,5%, de acordo com a justificativa que acompanha o projeto.

15 OUT 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

**Flerte eleitoral.** Presidente do Supremo Tribunal Federal sugere, pela primeira vez, que poderá pensar em disputar o Palácio do Planalto 'no futuro' e afirma que é 'muito difícil' ficar na Corte até completar 70 anos, quando teria de se aposentar compulsoriamente

# Barbosa admite antecipar saída do STF e não descarta ser candidato após 2014

Luciana Nunes Leal / RIO

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, disse ontem que pensa em se aposentar antes do limite legal de 70 anos e não descartou a possibilidade de entrar para a política e disputar a Presidência da República. Aos 59 anos, o ministro negou a intenção de ser candidato já nas eleições do ano que vem, mas afirmou que, depois de deixar o tribunal, terá tempo para "refletir" sobre o futuro.

As declarações de Barbosa foram dadas no 8.º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que termina hoje e reúne 1,3 mil pessoas de 87 países na PUC do Rio de Janeiro.

Barbosa fez uma apresentação de 15 minutos sobre o tema "Avanços e retrocessos institucionais no Brasil" e, depois, respondeu a perguntas de jornalistas e da plateia. Diferentemente de outras oportunidades, ele abriu, mesmo cheio de ressalvas, a possibilidade de disputar eleições ao ser questionado sobre um eventual ingresso na política.

"Não tenho, no momento, nenhuma intenção de me lançar candidato a presidente. No futuro, terei tempo para pensar nisso", disse Barbosa ao ser ques-

tionado sobre um eventual ingresso na política. "Nunca cogitei (*entrar na política*), sempre tive carreira técnica. No dia que eu deixar o tribunal, terei tempo para refletir sobre isso", completou o presidente do Supremo. Questionado se exerceria o cargo de ministro do STF até os 70 anos – quando há aposentadoria compulsória –, respondeu: "Acho muito difícil".

Minutos antes, na palestra, o presidente do STF listou o que lhe desagrada na política brasileira. "O voto obrigatório, a impossibilidade de candidaturas avulsas, o excesso assombroso do número de partidos, a mercantilização partidária, o coronelismo e o mandonismo na estrutura interna de certos partidos: eis um catálogo dos problemas do sistema político brasileiro", discursou. "No plano da organização institucional, a reforma política é o mais premente e árduo de todos os desafios. A natureza tortuosa do sistema político, movido por um combustível nada limpo, com dinheiro de origem duvidosa, tem causado a grande desafeição do cidadão à política", completou.

**Projeção.** Barbosa ganhou projeção nacional no ano passado ao relatar o processo do mensalão, cujo julgamento foi concluído em dezembro no ano passado com a condenação de 25 pessoas, entre elas o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoino e o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares – o caso está agora em fase de recursos por meio dos quais parte dos condenados tenta reverter sentenças dos crimes de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

O tom duro no julgamento e seus votos pela condenação dos réus tiveram repercussão em parte da população. O nome de Barbosa chegou a ser incluído em algumas pesquisas de intenção de voto. O presidente do STF chegou aos dois dígitos em alguns cenários apresentados pelos institutos. Nos protestos de rua de junho, foi celebrado por parte dos manifestantes. Pesquisas recentes deixaram de incluir o presidente do Supremo entre possíveis candidatos.

Barbosa foi nomeado ministro do Supremo em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O magistrado é o primeiro negro a presidir o STF.

CONTINUA

15 OUT 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Ainda na palestra da Abraji, ele citou a “ausência de pluralismo” como um dos “desafios mais cruciais” do jornalismo e deu o exemplo do baixo número de repórteres negros e mulatos.

“Há uma nuvem de silêncio sobre essa questão. É extremamente prejudicial para quem sofre. É preciso conscientização de quem tem poder de decisão, dos proprietários dos meios de comunicação, dos diretores de redação, que têm o poder de recrutar. O mercado sozinho não vai resolver. A discriminação racial é algo instintivo. Basta dar uma olhada no panorama audiovisual brasileiro”, disse ele.

**Praia.** Depois da palestra de ontem no Rio, durante uma entrevista coletiva. O ministro brincou diante da pergunta sobre uma possível candidatura presidencial em 2018. “Em 2018 quero estar em uma boa praia.”

Barbosa também falou sobre o mensalão. Ele estimou em “três ou quatro meses” a duração do julgamento dos embargos infringentes – recursos concedidos a 12 réus – e evitou comentar as discussões públicas com o ministro Ricardo Lewandowski, revisor do processo. “Isso passou, não tem nenhuma importância, são coisas da vida.”

Barbosa, porém, voltou a criticar Lewandowski, vice-presidente do STF, por manter em seu gabinete a servidora Adriana Leineker, que trabalha no tribunal desde 2000. Ela é casada com o jornalista Felipe Recondo, repórter do *Estado* que cobre o Judiciário. Há duas semanas, Barbosa encaminhou ofício a Lewandowski pedindo que reconsiderasse a decisão, mas o ministro manteve a funcionária. Adriana é servidora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal cedida ao STF. “Escrevi a ele (*Lewandowski*) dizendo que achava que havia conflito de interesses, mas ele manteve a situação. O caso está encerrado. No próximo ano teremos o presidente do STF tendo

em seu gabinete a esposa de um repórter que trabalha na intimidade do tribunal. Tenho certeza que uma situação como essa seria inimaginável nos EUA”, disse. Recondo cobre o Judiciário no *Estado* desde 2007. Em março, Barbosa chamou o repórter de “palhaço” e o mandou “chafurdar no lixo”. Depois, em nota, pediu desculpas e atribuiu a agressão a fortes dores na coluna.

### ● **Plataforma**

“O voto obrigatório, a impossibilidade de candidaturas avulsas, o excesso assombroso do número de partidos, a mercantilização partidária, o coronelismo e o mandonismo na estrutura interna de certos partidos: eis um catálogo dos problemas do sistema”

“A natureza tortuosa do sistema político, movido por um combustível nada limpo, com dinheiro de origem duvidosa, tem causado a grande desafeição do cidadão à política”

**Joaquim Barbosa**  
PRESIDENTE DO SUPREMO

## Ministro ainda está dentro do prazo legal para se filiar

● Embora tenha negado ontem a intenção de ser candidato à Presidência da República já em 2014, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, ainda tem tempo para se filiar a um partido e disputar as eleições do ano que vem.

De acordo com a legislação eleitoral, magistrados, membros de tribunais de contas, membros do Ministério Público e militares têm um prazo diferente de filiação para poder concorrer a um cargo eletivo. Pela lei, eles devem estar filiados a um partido pelo menos seis meses antes do pleito – o presidente do Supremo teria até abril para escolher uma legenda e se lançar candidato.

Para as outras pessoas que queiram se candidatar a cargos eletivos, é necessário estar filiado a um partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais, data que expirou no dia 5 de outubro. Foi esse prazo que obrigou, por exemplo, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva a decidir pelo PSB do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, há duas semanas. O mesmo prazo motivou parlamentares a protagonizarem trocas de siglas no Congresso.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

ANÁLISE: Humberto Dantas

### O que leva alguém a deixar o Supremo Tribunal Federal?

**N**omeação de ministro do Supremo Tribunal Federal é política – o que fez o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarar recentemente que deveria ter sido “mais técnico” nas escolhas feitas durante seu mandato no Planalto.

O apontamento parte do Executivo e é dado como certo. No Senado, o que seria uma sabatina para equilibrar a indicação costuma ser um dócil chá da tarde.

Uma vez empossado, o novo membro tem garantias de estabilidade e seus vencimentos são utilizados como teto para subsídios do funcionalismo federal. Vitaliciedade, trabalho até os 70 anos e aposentadoria integral completam o cenário.

Além de todo o poder que têm percebe-se que o Estado não alivia nas garantias aos ministros de sua Corte maior. Em perspectiva comparada, raras são as nações que ofertam mais.

Pois bem, diante desse cenário o que levaria um ministro a deixar o STF? Projetos pessoais? Pode até ser, mas em exercício de mandato, e sob o desafio de presidir a Corte, não seria razoável guardar para si ideias individuais sobre o futuro?

Não é o que pensa Joaquim Barbosa. Visto como uma espécie de super-herói por parte da população, o magistrado sugeriu ontem, mesmo com várias ressalvas, que poderá ser candidato à Presidência da República “no futuro”.

Em 2014, perguntariam os mais ansiosos? Sim, ainda dá tempo! Para membros do Judiciário os prazos de filiação partidária e desincompatibilização são de seis meses. Mas não. Joaquim Barbosa frustrou os fãs e traçou seus planos para depois das eleições do ano que vem, apontando uma possível, mas não planejada, candidatura à Presidência da República em tempo ainda incerto.

Importante destacar que esse não seria o primeiro membro do Supremo envolvido na política. Nelson Jobim, facilmente apelidável de “Senhor Três Poderes”, foi deputado federal por dois mandatos, ministro dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e presidente do Supremo.

Carlos Ayres Britto, por sua vez, foi candidato derrotado a deputado federal pelo PT antes de ser indicado ao Supremo Tribunal Federal. E Joaquim Barbosa? Bom, os planos pessoais foram apresentados, resta saber se são reais.

# 15 OUT 2013

PARA LEMBRAR

### O magistrado e a política

Elevado à categoria de presideciável após sua atuação no julgamento do mensalão, do qual foi relator, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sempre rechaçou, em outras oportunidades, a possibilidade de iniciar carreira na política. “Tenho um temperamento que não se adapta bem à política. Isso porque eu falo o que eu penso”, disse ao *The New York Times*, em 24 de agosto. Na mesma entrevista, declarou que não era “candidato a nada”.

Em junho, no auge dos protestos, o presidente do STF liderou pesquisa com manifestantes: foi mencionado por 30% de quem estava nas ruas em São Paulo como seu candidato favorito. Barbosa afirmou, na época, se sentir “extremamente lisonjeado” com o resultado, mas ressaltou: “Não tenho a menor vontade de me lançar candidato”.

No mesmo tom, disse a *O Globo*, em entrevista, que nunca pensou em se envolver em política. “Não tenho laços com qualquer partido político.” Questionado se o País estaria preparado para ter um presidente da República negro, respondeu que não. “Porque acho que ainda há bolsões de intolerância muito fortes e não declarados no Brasil”, justificou.

A agência de notícias *Bloomberg*, declarou, em dezembro passado, que nunca se viu sendo presidente. “Nunca fui e penso que sou uma pessoa improvável para esse tipo de atividade por causa da minha franqueza.”

15 OUT 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

# Barbosa defende biografias não autorizadas

Em referência a movimento de artistas, presidente do STF afirma que 'não existe censura prévia no Brasil'

Luciana Nunes Leal / RIO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, defendeu ontem a livre publicação de biografias não autorizadas e, ao mesmo tempo, o pagamento de indenizações financeiras "pesadas" no caso de violação comprovada de direitos do biografado. O ministro afirmou que censura prévia é "ruim, ilegal, inconstitucional" e disse ser contrário à retirada de biografias das livrarias.

Barbosa participou do terceiro dia do 8.º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, na PUC-Rio. O ministro fez um discurso de 15 minutos e respondeu a perguntas de jornalistas.

"Não acho razoável a retirada de livros do mercado. O ideal seria a liberdade total de publicação e que cada um assuma os riscos. Se violou os direitos de alguém, vai ter que responder financeiramente. Com isso, se desperta a responsabilidade dos que escrevem. Se houver violação dos direitos do biografado, ele ou a família podem pedir indenização. Sinto desconforto na situação de um grande artista, músico, compositor ain-

da vivo, que se vê diante de uma biografia devastadora. Defendo indenização pesada em casos como esses", disse Barbosa. O ministro contou que chegou a comprar a biografia *Roberto Carlos em Detalhes* para dar de presente antes de o livro ser retirado do mercado, em 2007.

Questionado sobre o movimento de artistas que reivindicam autorização prévia dos biografados, Joaquim Barbosa disse que "não há censura prévia no Brasil" e fez referência também a casos de decisões judiciais que impedem publicação de reportagens.

"Censura prévia é ruim, não é permitida, é ilegal, não é constitucional. Infelizmente, em toda sociedade há aqueles que cometem erros. Esse casos pontuais de censura são desvios, erros cometidos por alguns", disse.

Barbosa explicou que os con-

flitos entre biógrafos e biografados acontecem porque a Constituição assegura "no mesmo pé de igualdade a liberdade de expressão e o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à reputação".

"A censura prévia não existe no Brasil, qualquer pessoa é livre para escrever sobre qualquer assunto, mas alguém pode alegar que teve o direito violado. O Brasil adotou um tipo de Constituição extremamente detalhista, todos os direitos estão assegurados. Determinados juízes tendem a privilegiar um direito, e outros privilegiam outros direitos. Há um conflito, mas qualquer conflito constitucional pode ser resolvido no caso concreto, com a técnica da ponderação de valores", afirmou o presidente do Supremo.

Barbosa defendeu um prazo, "talvez dez anos depois da morte do biografado", para que seja permitida a publicação de qualquer informação sobre a vida de uma pessoa, e fez uma comparação com as obras que passam a ser de domínio público depois de determinado período. "Falo a título de sugestão. Seria uma forma de resolver o problema. Hoje estamos na situação do tudo ou nada", concluiu o ministro.

“

**Não é razoável a retirada de livros. Se violou os direitos de alguém, tem que responder financeiramente"**

**Joaquim Barbosa**

PRESIDENTE DO STF

CONTINUA

15 OUT 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

# Ministra marca audiência pública sobre a questão

*Julio Maria*

Antes de colocar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que pretende alterar a atual Lei das Biografias em votação no Supremo Tribunal Federal, a ministra Cármen Lúcia quer ouvir a sociedade para entender melhor o tema. Em despacho de ontem, ela determinou a realização de uma audiência pública nos dias 20 e 21 de novembro, das 9h às 13h. A reunião informal entre integrantes que representem os lados em discussão deve dar subsídios à ministra. Apesar da alta temperatura do tema, ainda não há previsão para que o julgamento ocorra.

A audiência pública, devem comparecer não só artistas que estão reunidos para barrar a Adin, como Roberto Carlos, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil, ou editores e biógrafos. Para a ministra, o caso já extrapolou os grupos em questão. “A matéria versada na ação ultrapassa os limites de interesses específicos da entidade autora ou mesmo apenas de pessoas que poderiam figurar como biografados, repercutindo em valores fundamentais dos indivíduos e da sociedade brasileira”, afirmou Carmem ao site do STF.

Assim, o Supremo quer ouvir também historiadores, juristas e cidadãos que tiveram ou podem ter vidas biografadas. Os interessados em participar devem encaminhar até o dia 12 de novembro requerimentos pelo e-mail: [autorizacaoobiografia@stf.jus.br](mailto:autorizacaoobiografia@stf.jus.br).

### **PARA LEMBRAR**

#### **Três passos de um embate**

**2007**

Roberto Carlos pede a proibição das vendas de sua biografia *Roberto Carlos em Detalhes*, escrita por Paulo Cesar de Araújo

**2011**

O Sindicato Nacional dos Editores de Livros decide entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF contra o artigo 20 do Código Civil, que prevê a autorização prévia do biografado

**2013**

Antes que a Adin seja julgada, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Erasmo Carlos, Roberto Carlos e Djavan, além de Paula Lavigne, formam o bloco Procure Saber para evitar a modificação da lei

15 OUT 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### **PROFESSORES**

#### **Câmara tenta revalidar sessão polêmica no TJ**

A Câmara Municipal do Rio recorreu ontem da decisão judicial que anulou os atos praticados durante a sessão plenária em que foi aprovado o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos profissionais da rede municipal de ensino. Na sexta-feira, a juíza Roseli Nalin, da 5.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública do Rio, emitiu liminar anulando a sessão do 1.<sup>o</sup> deste mês, realizada sem a presença do público. O plano de cargos e salários é contestado pelos professores, que estão em greve desde o dia 8 de agosto.

#### **Juiz manda a TIM pagar indenização de R\$ 5 mi**

Em razão de uma ação movida por uma cliente do plano pré-pago Inifinity, da TIM, o juiz Fernando Antonio de Lima, do Juizado Especial Cível e Criminal de Jales, condenou a companhia a pagar uma indenização de R\$ 6 mil à consumidora e outra de R\$ 5 milhões por reparação pelo dano social causado pela falta de qualidade do serviço, que cobra R\$ 0,25 por ligação. Como a ligação cai sempre, o cliente é forçado a ligar várias vezes, pagando novas tarifas. A TIM pode recorrer da decisão.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo  
Murá

PARA COMPREENDER  
INVESTIGAÇÃO DO CNJ

*O site do JusBrasil, apresentado pela OAB-RJ e Assembléia Legislativa de Minas Gerais, detalha as acusações que levaram o CNJ processar o desembargador Clayton Camargo, ex-presidente do TJ-PR.*

15 OUT 2013

## PARA ENTENDER ACUSAÇÕES AO TJR QUE CNJ EXAMINA

Afinal, quais as acusações que estão em jogo no CNJ contra o ex-presidente do TJ-PR, desembargador Clayton Camargo, das quais têm-se multiplicado versões resumidas? Oficialmente, não há respostas. O desembargador se negou sistematicamente a se manifestar sobre o assunto. E até está processando o jornal Gazeta do Povo e dois jornalistas do diário por terem tratado do assunto.

O que a coluna conseguiu apurar está solidamente documentado. E atendendo a pedidos de leitores, de esclarecimentos sobre a decisão do Conselho Nacional de Justiça, tomada terça-feira passada contra o desembargador Clayton Camargo, reporta-se a matéria publicada pelo site da JusBrasil, e reproduzida pelo site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2010 sobre o assunto. Leia:

“Publicado por Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (extraído pelo JusBrasil) - Os empresários mineiros do setor ótico Francisco Sales Dias Horta e Adriana Dias Horta, pai e filha, acusaram integrantes do Poder Judiciário e da Polícia Civil do Paraná de participar de um esquema destinado a prejudicar a família. O motivo seria a disputa judicial entre Adriana e o ex-marido Demóstenes Albernaz, que vive no Paraná, pela guarda dos filhos, de 12 e 6 anos de idade. Francisco Horta e a filha fizeram a denúncia em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, realizada nesta sexta-feira (19/8/11), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a requerimento do deputado Durval Ângelo (PT).

### GUARDA DE CRIANÇAS

A briga pela guarda das crianças começou em 2006. Dois anos depois, Adriana acusou o ex-marido de abusar sexualmente dos filhos, dois meninos, com base em evidências apontadas por uma pedagoga e uma psicóloga que atenderam as crianças, na época com 9 e 3 anos de idade. Apesar da denúncia, Albernaz mantém a guarda dos filhos. Nesse intervalo, a mãe chegou a ser presa no Rio de Janeiro com os meninos, ao tentar mantê-los afastados do pai. A ação foi executada por policiais civis do Paraná, por determinação judicial. Segundo Adriana, o ex-marido é amigo íntimo do deputado estadual paranaense Cleiton Kielse (PMDB), que teria influência na Polícia Civil e no Tribunal de Justiça daquele estado.

### ADRIANA É PRESA

Em março de 2011, Adriana voltou a ser presa, em Belo Horizonte, juntamente com outros membros da família, todos acusados de uma série de crimes, como contrabando, sonegação fiscal, formação de quadrilha e roubo de carga. Novamente, a ação foi executada pela Polícia Civil do Paraná, a pedido da Justiça paranaense. No depoimento à Comissão de Direitos Humanos, Adriana e Francisco Horta disseram que as acusações são falsas.

De acordo com eles, a operação policial foi uma represália de Demóstenes Albernaz contra a família Horta. Ele teria se valido da proximidade com Kielse para fazer frente à acusação de pedofilia e à tentativa da ex-mulher de retirar dele a guarda dos dois filhos.

Também prestaram depoimento a administradora Júnia Maria Abreu Dias, irmã de Adriana, a ex-babá das crianças Iolanda José de Sousa e a advogada Melissa Albuquerque, que teve Albernaz como cliente, mas depois afastou-se do caso. Ela apontou evidências de que o ex-cliente teria subornado desembargadores da 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, a fim de obter sentenças favoráveis a ele.

### CAMARGO E CASSETARI

Nos depoimentos desta sexta-feira, além de Albernaz e Kielse, foram apontados como participantes do esquema os desembargadores paranaenses Clayton Camargo e Rafael Cassetari, a juíza da 2ª Vara da Infância e da Juventude daquele estado, Maria Lúcia Espíndola, e os policiais civis Marcelo Cesário e Sebastião Afonso.

Representações - O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Durval Ângelo, disse que, devido à gravidade do caso, encaminhou representações contra os magistrados citados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná. Também pediu a intervenção do vice-governador paranaense, Flávio Arns, sobretudo por sua ligação com uma histórica defensora da causa das crianças e adolescentes, a médica Zilda Arns, sua tia, falecida no ano passado.

CONTINUA

15 OUT 2013

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## CONTINUAÇÃO

### **INTEGRIDADE FÍSICA**

Segundo Durval, a principal preocupação da comissão é com a integridade física e psicológica dos dois meninos. “Está evidente a lesão de direitos das crianças”, afirmou. O deputado disse, ainda, que o Estatuto da Criança e do Adolescente está sendo violado por magistrados do Paraná e que vê indícios, na atuação deles, de tráfico de influência, advocacia administrativa e uso da polícia para interesses menores.

O deputado Jayro Lessa (DEM), que intermediou o contato entre os denunciantes e a Comissão de Direitos Humanos, também se disse estarrecido com a situação. “O que eu ouvi espanta qualquer pai, qualquer ser humano”, declarou.

Requerimentos - A Comissão de Direitos Humanos aprovou, na reunião desta sexta-feira, três requerimentos de Durval Ângelo no sentido de que sejam encaminhadas as notas taquigráficas da audiência pública ao corregedor do Tribunal de Justiça do Paraná, Valdemir Rocha, à Corregedoria da Polícia Civil do Paraná, ao vice-governador paranaense, Flávio Arns, ao CNJ, à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, à Corregedoria do Superior Tribunal de Justiça, à Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG e aos Centros de Apoio Operacional de Direitos Constitucionais e da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Paraná. Nos requerimentos, são pedidas, ainda, providências contra magistrados e policiais citados no caso.”

<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100480614/presidente-do-tj-pr-e-investigado-pelo-cnj>

### **OUTRA FONTE:**

<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100480614/presidente-do-tj-pr-e-investigado-pelo-cnj>

Presidente do TJ-PR é investigado pelo CNJ Salvar  
• Publicado por OAB - Rio de Janeiro (extraído pelo JusBrasil)

15 OUT 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Uma história do jornalismo no Brasil

MARÍLIA CUNHA RIOS

Em 15 de outubro de 1893, nascia Pedro Cunha na cidade paulista de Taubaté. De família humilde e arri-mo de família, partiu, aos 13 anos, para a capital, onde se empregou como office-boy na redação de “O Estado de S. Paulo”.

Estava dada a largada para o caminho do grande jornalista e um dos fundadores da **Folha**.

Mais tarde, integrou o grupo de redatores que atuava no “Estadinho”, versão vespertina do “Estado”, numa época em que o rádio não existia. Lá conheceu Olival Costa, Amadeu Amaral, Júlio de Mesquita Filho e o grande caricaturista Belmonte, e eles se tornaram companheiros de empreitada.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o “Estadinho” acabou, e o desemprego passou a assustar os jovens jornalistas.

Temendo a penúria financeira, Pedro Cunha e Olival Costa tomaram a frente de um novo projeto: a fundação de um novo vespertino. Coube ao primeiro captar fundos com Armando de Sales Oliveira, diretor de “O Estado de S. Paulo”.

Com o montante de cento e poucos mil réis, colocaram em circulação, em 19 de fevereiro de 1921, o primeiro número da “Folha da Noite”. Em dois meses, quitaram a dívida e dali para frente o lucro foi garantido, assim como o sucesso e a

A “Folha da Noite” nasceu com o ideal de lutar pela melhoria de vida dos trabalhadores. Configurou-se como combativa e noticiosa

fidelidade dos leitores.

A “Folha da Noite” nasceu com o ideal de lutar pela melhoria de vida da população trabalhadora e pela moralização da política. Configurou-se como um jornal combativo e noticioso, de linguagem acessível. E contava com a criação de Juca Pato, caricatura de Belmonte que alegrava o noticiário com seus desenhos e comentários picantes.

Na Revolta de 24, o governo paulista proibiu a circulação do jornal. As rotativas da redação, entretanto, não pararam e, espertamente, no dia seguinte, os jornalistas publicaram o mesmo tabloide com um nome diferente: “Folha da Tarde”. A velha “Folha” de Olival Costa e Pedro Cunha pôde, assim, continuar nas mãos e olhos ávidos dos leitores, depois de driblar a censura.

No ano seguinte, incansáveis, os sócios lançaram a “Folha da Manhã”. Impetraram campanhas sociais notáveis, defendendo a construção de escolas e moradias populares e até mesmo dando sugestões de uma alimentação popular mais

barata e saudável, à base de peixe.

Apesar da popularidade, a memória dos primórdios das “Folhas” perdeu-se no tempo. Por quê? Segundo o testemunho de um dos poucos que registrou o cotidiano daqueles dias, o jornalista Francisco Pati, a “Folha da Noite” nasceu em consequência de uma guerra, cresceu no meio de duas revoluções e acabou sacrificada às mãos dos que se diziam donos da terceira revolução, ou seja, dos agentes de Getúlio Vargas, que empastelaram, em 1930, sua redação, destruindo máquinas e memórias, queimando valiosos documentos daqueles dias pioneiros, apagando, enfim, os rastros que deram origem a um dos maiores jornais brasileiros da atualidade.

Hoje, quem há que festeje os 120 anos de Pedro Cunha? Seu nome é desconhecido pela unanimidade dos brasileiros, que ignora sua importância na imprensa e na história de São Paulo.

Lamentavelmente, só a minha voz, voz de neta, soa ímpar em meio a nossa cultura amnésica. Insistente e solitária, eu clamo: Parabéns, vovô Pedrinho, muito orgulho tenho eu de tua história!

**MARÍLIA CUNHA RIOS**, 58, mestre em literatura brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio, é professora de literatura brasileira da Secretaria Estadual de Educação do Rio

15 OUT 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Palavras sem algemas

JANIO DE FREITAS

**Se há biografias que traçam  
versões difamatórias,  
também a biografia correta  
é apenas uma versão**

*O DEBATE em torno de biografias não autorizadas pelo biografado, ou por parente ainda que distante, começou por maus motivos e tomou impulso por motivos ainda piores.*

*Uma ação coletiva de gente da música popular por direitos autorais, já razão de desavença na classe, absorveu o problema pessoal de um cantor que fez recolher e proibir sua biografia, e de repente sua tese passou a ser a do grupo amparado em nomes estelares.*

*Quase automaticamente, o encobrimento de assuntos pessoais transformou-se em interesse financeiro, com propostas de participação do biografado nos pretensos ganhos de editoras e nos direitos autorais de escritores biográficos.*

*Discutir liberdades e direitos com dinheiro como argumento, mesmo que fosse simples ingrediente, não dá. É medíocre demais e imoral demais. Ou um assunto ou outro. A menos que se queira discutir o sistema ocidental de vida, com a presença do dinheiro em absolutamente tudo. Não é o caso.*

*Liberdades e direitos são fatores de construção e de exercício da democracia. Sem distinção de sua importância entre níveis culturais, classes econômicas, linhas políticas e indivíduos. O assunto de que se ocupam os cantores e compositores contrários a biografias não autorizadas, portanto, não se limita a biografias, e muito menos a eles e suas conveniências pessoais.*

*Se há biografias que traçam versões difamatórias, também a biografia correta é apenas uma versão, dada a impossibilidade definitiva de ser onisciente nos enredos de toda uma vida. A diferença, para as correntes que se opõem contra e a favor de biografias não autorizadas, é que os cerceadores caracterizam-se por duas peculiaridades: a negação da prevalência da lei sobre a calúnia, a injúria e a difamação, e a prepotência da pretendida eliminação a priori das liberdades autorais, mesmo que praticadas com cuidado e ética. Muito mais do que autorização e participações financeiras, trata-se de uma forma de negação da própria liberdade de palavra.*

*Para fazê-los livres ou aprisionados em censuras oficiais ou particulares, do livro ao jornal o pulo é tão pequeno quanto — já vimos — do jornal ao livro. E do jornal e do livro ao teatro, ao cinema, e, se os experimentados mas esquecidos me permitem a lembrança, também à música popular. É sempre assim.*

*Se consagrada a proibição não autorizada, em livro, do que uma celebridade julgue inconveniente a seu respeito, por que continuaria permitida a mesma publicação, sem prévio consentimento, em jornal e em revista? Ambos com tiragens e repercussão muito mais imediatas e maiores que as do livro.*

*Os vitoriosos da primeira prepotência por certo passariam ao ataque à contradição. E assim em diante, mudando-se apenas as levadas de interessados.*

*A democracia tem dois defeitos básicos, entre inúmeros outros: não é perfeita e não admite brechas. Nela, todo mau passo se multiplica em outros maiores. E jamais são precisos muitos: o precipício nunca é distante.*

15 OUT 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Barbosa admite ser candidato fora do STF

Presidente do Supremo nega que queira disputar

Presidência em 2014, mas diz que irá 'refletir' após aposentadoria

**Ministro afirmou que deve deixar a corte antes dos 70 anos e fez críticas ao sistema político em palestra**

LUCAS VETTORAZZO  
DO RIO

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, afirmou ontem que poderá ser candidato em eleições futuras caso "surja o interesse" após sua aposentadoria.

Barbosa, que tem 59 anos, também aproveitou para dizer que deve deixar o Supremo antes dos 70 anos, quando os ministros são obrigados por lei a deixar suas funções na corte.

Na mesma entrevista, voltou a afirmar que não pretende concorrer à Presidência da República no ano que vem.

"Nunca cogitei [concorrer em eleições]. Sempre tive uma carreira técnica. No dia em que deixar o Supremo, como entrei muito jovem, eu terei ainda tempo para refletir sobre isso. Acho difícil exercer a carreira no supremo até os 70 anos. Eu não tenho no momento nenhuma intenção de me lançar candidato à Presidência da República. Pode ser que no futuro surja o interesse."

Caso tenha vontade de disputar cargo público em 2014, Barbosa pode se filiar a um partido político até seis meses antes da eleição de 5 de outubro. Por se juiz, se enquadra em uma exceção da lei que dá prazo de um ano antes do pleito — já encerrado — para o cidadão comum.

As declarações do ministro vieram em entrevista após ter

**“Nunca cogitei [concorrer em eleições]. No dia em que deixar o Supremo, como entrei muito jovem, eu terei ainda tempo para refletir sobre isso. Acho difícil exercer a carreira no Supremo até 70 anos**

JOAQUIM BARBOSA  
presidente do STF

dado palestra na 8ª Conferência Global de Jornalismo Investigativo, realizado no Rio.

Ao ser questionado sobre seus planos para 2018, Barbosa disse que pretende estar em uma "bela praia".

No evento, o presidente do Supremo participou de um debate sobre os avanços e retrocessos institucionais no Brasil com os jornalistas Rosental Alves, da Universidade do Texas, e com Fernando Rodrigues, que é colunista da **Folha**.

Questionado se possui alguma simpatia pelos candidatos que deverão concorrer à Presidência da República, o ministro foi enfático ao demonstrar insatisfação com o atual cenário político.

"Muito difícil [ter simpatia por algum candidato]. O modelo político partidário não me agrada nem um pouco", afirmou.

Em sua fala inicial, o ministro já havia feito críticas às instituições políticas brasileiras, ao afirmar que considera que o povo tem sido "sistematicamente colocado à parte das decisões no país" e que "são muitos os desafios que temos no plano das nossas instituições".

"O voto obrigatório, impossibilidade de candidatura avulsa, excesso assombroso de partidos, mercantilização e coronelismo. Eis aí um pequeno catálogo da natureza política brasileira".

Não faltaram ainda críticas ao Judiciário. Barbosa criticou problemas como "lentidão, militância exacerbada e em alguns casos uma absoluta falta de compromisso de alguns magistrados".

15 OUT 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### Para ministro, caso de servidora do STF é 'conflito insuperável'

**DO RIO** - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, disse ontem que, apesar de ver "conflito de interesses", considera encerrado o caso da funcionária do gabinete do ministro Ricardo Lewandowski. A servidora é mulher do repórter Felipe Recondo, que cobre o STF para o jornal "O Estado de S. Paulo".

Barbosa sugeriu ao colega a saída da funcionária alegando conflito de interesses, o que foi negado por Lewandowski.

"Eu deixei claro para o meu colega que acho muito estranho que a esposa do repórter seja funcionária do tribunal, com um salário de R\$ 12 mil."

Ele disse que o caso está encerrado, mas que nos EUA algo parecido não seria tolerado: "É um conflito insuperável".

### PAINEL

**Comigo...** Ricardo Lewandowski diz que nunca foi alertado — nem pelo Ministério Público nem pela presidência do STF — de que o PCC tentava infiltrar um assessor em seu gabinete, em 2010. O ministro reitera não conhecer os envolvidos no episódio.

**... não** Promotores afirmam que, informados sobre a tentativa da organização, procuraram o então presidente da corte, Cezar Peluso. Segundo eles, o ministro avisou seu colega de corte, que desistiu da contratação.

**Proteção** Para Lewandowski, os juizes brasileiros estão muito vulneráveis e, por isso, defende a implementação de um plano de segurança para a magistratura, de âmbito nacional.

### MÔNICA BERGAMO

#### FORA DO EIXO

Os argumentos dos artistas da Associação Procure Saber, como Chico Buarque, Roberto Carlos e Caetano Veloso, em defesa de restrições à publicação de biografias no Brasil, são "chocantes", disse à coluna um dos ministros mais experientes do STF (Supremo Tribunal Federal). A causa, afirma o magistrado, terá dificuldade de prosperar na corte.

#### FORA DO EIXO 2

Um outro magistrado veterano diz que "o valor mais alto é o da liberdade de expressão. Havendo extravasamento, que se responsabilize o autor [de uma biografia] por danos morais, o que a lei já prevê. O que não dá é para ter uma espécie de 'não me toque. Um Roberto Carlos já não se pertence mais.'" O ministro ainda brinca: "Vamos repetir o jurista Caetano Veloso: é proibido proibir".

#### FORA DO EIXO 3

Um terceiro magistrado diz que a ideia de se liberar biografias de políticos mas restringir as de artistas, aventada por integrantes da Procure Saber, ignora que "leis são lineares, devem valer para todos".

15 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Promotor é assassinado no interior de Pernambuco

Município onde ocorreu o crime é conhecido por crimes de pistolagem

**Procurador-geral  
Rodrigo Janot indicou  
três integrantes do  
Ministério Público para  
acompanhar o caso**

DANIEL CARVALHO  
DO RECIFE

Um promotor de Justiça foi morto após ser alvo de atentado na manhã de ontem no interior de Pernambuco.

Segundo o Ministério Público de Pernambuco, Thiago Faria Soares, 36, dirigia seu carro rumo ao fórum de Itaíba (PE), onde trabalhava, quando o veículo foi alvejado por cerca de 40 disparos.

O carro do promotor, informou o governo do Estado, foi interceptado por outro veículo na rodovia PE-300, entre Itaíba e Águas Belas, onde morava. Até ontem a Polícia Civil não havia divulgado hipóteses para o crime.

O governo Eduardo Campos (PSB) determinou prioridade na apuração. Itaíba é cidade conhecida por crimes de pistolagem.

O promotor estava com a

noiva, Mysheva Martins, que, segundo a polícia se jogou do carro e conseguiu fugir sem ferimentos graves. Um tio da noiva do promotor também estava no veículo, mas também deixou do veículo e saiu ileso, segundo o delegado Antônio Júnior, um dos quatro designados pelo governo para investigar o homicídio.

Soares havia ingressado no Ministério Público em dezembro e estava há menos de um ano na cidade. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, indicou três integrantes do Ministério Público Federal para seguir o caso.

O Ministério Público de Pernambuco decretou sigilo na investigação que conduz.

Esse foi ao menos o terceiro caso de homicídio de promotor no país em 11 anos.

Em 2002, o promotor Francisco José Lins do Rego Santos, que investigava adulteração de combustíveis em Minas, foi morto a tiros em Belo Horizonte. Já o promotor Rossini Couto foi morto em 2005, em Cupira (PE). Nos dois casos, os principais réus foram condenados a mais de 20 anos de prisão.

15 OUT 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### Dupla que furtava apartamentos de juízes e atletas é presa no Rio

DO RIO -Dois homens foram presos, na manhã de ontem, após uma investigação da Polícia Civil desarticular uma quadrilha que furtava apartamentos de luxo na zona oeste do Rio.

O alvo dos criminosos eram apartamentos luxuosos de juízes, empresários e atletas, dos bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes.

De acordo com investigadores da 16ª DP (Barra da Tijuca), a dupla entrava pela porta da frente dos edifícios, sempre bem vestidos, e pegavam o elevador até o terraço.

De lá, os ladrões usavam a escada de incêndio ou pulavam para a cobertura, onde realizavam os furtos.

Uma das vítimas foi o jogador de futebol Darío Conca, que já jogou no Fluminense e atualmente está em um time do campeonato chinês. No apartamento do jogador, a dupla furtou cerca de R\$ 300 mil em joias e aparelhos eletrônicos.

Os presos são colombianos e foram identificados como Eyber Muriel Cardona e Alessandro Munhoz Botero. Outras 11 pessoas também são investigadas e prestaram depoimento.

Há a suspeita de que o grupo também tenha realizado o mesmo tipo de furto em Minas Gerais e em São Paulo.

A **Folha** não teve acesso ao depoimento dos presos nem aos seus advogados.

15 OUT 2013

## **BEMPARANÁ**

### **Uma notícia boa, outra notícia não tão boa**

A recém-empossada secretária da Fazenda, **Jozélia Nogueira**, esteve ontem reunida com o governador Beto Richa no Palácio Iguazu. Foi mais ou menos assim: governador eu tenho uma notícia boa e outra não tão boa, qual quer ouvir primeiro? A não tão boa: a situação financeira do Estado é mais delicada do que eu imaginava. A boa? Temos uma operação para pagar com folga o pagamento do 13º salário do funcionalismo. A secretaria mantém conversas avançadas com o Tribunal de Justiça e com o Conselho Nacional de Justiça para utilizar 30% dos depósitos judiciais de natureza não tributária para pagamento de precatórios – algo em torno de R\$ 40 milhões por mês. Medida, que segundo governistas, é utilizada pelo governo do Rio de Janeiro com aprovação do Supremo Tribunal Federal.

#### **Efetivada na PGE**

Falando em Jozélia Nogueira... Mariza Zandonai será a nova Procuradora-Geral do Estado. Ela, que ocupa hoje o cargo em exercício, será efetivada nos próximos dias pelo governador Beto Richa. A chefia da PGE está vaga desde que Jozélia assumiu a Secretaria da Fazenda, no lugar de Luiz Carlos Hauly.

#### **"Superdiretor"**

Nos próximos dias devem ser anunciadas mudanças no núcleo duro da Copel. Quem deve ganhar força é o ex-secretário do Meio Ambiente, Jonel Iurk, que hoje responde pela diretoria de Relações Institucionais. Cometa-se que ele pode assumir a diretoria de novos investimentos e ainda ter sob seu "guarda-chuva" a diretoria jurídica. Confirmadas as alterações, nos corredores da estatal já estão chamando Iurk de "superdiretor".

#### **Novidade?**

Quem circula no meio jurídico, principalmente em Brasília, não foi pego de surpresa com a declaração do ministro Joaquim Barbosa de que não descarta ingressar na política depois que deixar a alta Corte do Brasil. Ontem, durante a 8ª Conferência Global de Jornalismo Investigativo, organizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), no Rio de Janeiro, Barbosa afirmou que pode refletir sobre uma eventual carreira política. Quem conhece o ministro fora das sessões plenárias sabe que Barbosa ficou mais vaidoso depois da relatoria no processo do Mensalão.

15 OUT 2013

## BEMPARANÁ

### MPE quer incorporar gratificações

O Ministério Público Estadual enviou ontem à Assembleia Legislativa um projeto que prevê a incorporação aos salários dos servidores efetivos do órgão, as gratificações atualmente pagas a título de assiduidade e produtividade. No caso da gratificação de assiduidade, ela é de R\$ 100,00 mensais. Já o de produtividade representa um acréscimo de 90% sobre o salário base dos funcionários do MPE. O impacto financeiro é de R\$ 478 mil mensais, ou R\$ 5,7 milhões ao ano.

No projeto, o MPE alega que essa incorporação já foi feita para os servidores do Executivo, Judiciário e Tribunal de Contas. A proposta também beneficia os servidores inativos do Ministério Público.

Recentemente, outro projeto do MPE envolvendo benefícios salariais para os ser-

vidores do órgão provocou polêmica no Legislativo. No dia 16 de julho, os deputados rejeitaram, por 26 votos a 17, projeto que instituiu um auxílio-saúde para os funcionários do MPE, incluindo os servidores que ocupam cargos comissionados. O impacto estimado era de R\$ 6 milhões anuais. A justificativa também era de que o benefício já havia sido instituído para os servidores do Judiciário. Ao contrário do MPE, porém, o auxílio-saúde dos servidores do Tribunal de Justiça valia apenas para os servidores efetivos. Alegando que "a rejeição (do projeto) se deu em cima de premissas equivocadas", a cúpula do MPE pressionou e um grupo de 32 deputados pediu a reapresentação da proposta, que acabou sendo aprovada em 13 de agosto, por 33 votos a 17.

### Um terço das crianças trabalha mais de 30 horas

Curitiba apresenta 34,7% de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos trabalhando mais de 30 horas por semana. As maiores taxas de abandono do Ensino Fundamental são registradas nos anos finais da referida etapa da rede estadual. Na capital paranaense, há uma dispersão de idades nos anos do Ensino Fundamental. O 1º e o 8º/9º são os únicos a registrar frequência acima de 65% de crianças e adolescentes de idades condizentes com o esperado.

#### EM ALTA



A JUSTIÇA condenou ontem a empresa de telefonia TIM a pagar uma indenização de R\$ 5 milhões por "danos sociais", por suspeita de derrubar de propósito ligações de clientes de um plano pré-pago. A companhia também terá de indenizar uma consumidora em R\$ 6 mil por danos morais.

#### EM BAIXA



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), JOAQUIM BARBOSA, sempre descartou ingressar na política. Mas, ontem, mudou de postura e afirmou que poderá avaliar a possibilidade após se aposentar. Barbosa, 59 anos, disse que não descarta deixar o STF antes da aposentadoria compulsória, aos 70.

15 OUT 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Governo deve nomear defensores públicos aprovados

O Governo do Paraná deve nomear hoje defensores públicos aprovados no primeiro concurso público realizado para o cargo. A nomeação está marcada para as 14h30, no Palácio Iguazu, na mesma cerimônia em que a Defensora Pública-Geral, Josiane Fruet Lupion, deve ser reconduzida ao cargo. A expectativa da Defensoria Pública do Paraná (DPPR) é de que 87 defensores sejam nomeados.

O concurso público aberto em 2012 tinha 197 vagas previstas em edital, mas aprovou apenas 95 defensores. A homologação do resultado foi publicada em Diário Oficial no dia 16 de maio de 2013, e a previsão inicial era de que os aprovados fossem nomeados ainda no primeiro semestre. Problemas do governo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), porém, atrasaram o cronograma.

### Família de Leminski barra biografia do poeta

A família de Paulo Leminski conseguiu vetar na Justiça a publicação da quarta edição da biografia do escritor "Paulo Leminski - O bandido que sabia latim", escrita por Toninho Vaz. Agora, o autor também procurou o judiciário para pedir explicações e tentar publicar o livro.

Paulo Leminski é uma das referências da literatura paranaense. Poeta, escritor, crítico literário, tradutor e professor brasileiro, Leminski nasceu em Curitiba e 1944 e viveu até 1989.

De acordo com Vaz, o motivo para que a família vetar a publicação está em um parágrafo, de oito linhas, que fala sobre o suicídio do irmão de Leminski, Pedro Leminski.



Divulgação

A família de Leminski não se pronunciou sobre o caso

"Eu fiquei sabendo pelos jornais. Nunca, nem a minha editora, falou disso. Eu fiquei sabendo pelos jornais. Aliás, ela diz que não foi comunicada dessa queixa, dessa reclamação, dessa observação", afirmou o autor.